



AValiação DA APRENDIZAGEM PARA ALÉM DA CLASSIFICAÇÃO: AValiação SUBSIDIÁRIA DO ENSINO E APRENDIZAGEM

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno– UNIOESTE¹
Luzia Subtil Lara Oliveira – UCAM²

RESUMO: A avaliação geralmente é elaborada com objetivo único de aprovação e reprovação e classificação do aluno como bom ou ruim. Os resultados obtidos na avaliação não apresentam outro fim a não ser o sucesso ou o fracasso do aluno, rotulando-o como o aluno que não aprende e, portanto, não merece a atenção do professor. Nesse sentido, a avaliação diagnóstica é ferramenta subsidiária do ensino e da aprendizagem, pois, proporciona ao professor uma visão ampla para tomada de decisão referente aos avanços e retomadas da aprendizagem. O principal objetivo deste artigo é oferecer uma reflexão acerca da avaliação da aprendizagem. Portanto, o aporte teórico deste artigo sustenta-se em Buriasco (2004), Torre (2007), Luckesi (2011), Rampazzo et al., (2012), entre outros renomados estudiosos da área. Dentro dessa perspectiva, é possível elencar que a avaliação não deve ser utilizada para medir ou classificar o aluno, mas para diagnosticar como está desenvolvendo-se a aprendizagem e tomar decisões sobre ações que leve ao alcance dos objetivos. A verdadeira função da escola é a formação integral dos alunos, mas se não mudar os olhares, direcionando o foco ao ator principal da escola, que é o aluno, jamais será possível atingir o objetivo de formar cidadãos críticos e reflexivos. Uma vez que, ao ignorar a formação integral do aluno contribui-se para manutenção da sociedade tradicional e capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Ferramenta; aprendizagem; classificação.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem por apresentar caráter decisório tanto no ensino quanto na aprendizagem é um assunto muito discutido por vários pesquisadores da educação brasileira. A avaliação apresenta caráter decisório no processo de ensino e aprendizagem por definir rumos tanto para o aluno, ato de aprender, quanto para o professor, ato de ensinar. Ao analisar a extrema importância da avaliação da aprendizagem, percebe-se que a mesma proporciona visão ampla para o professor

¹ Bióloga licenciada pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, Mestranda em Ciências Ambientais pela UNIOESTE – Campus de Toledo, Especialista em Educação do Campo pela UCAM, Educação Especial pela UCAM e Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Eficaz. Acadêmica do curso de Pedagogia EAD da UNIPAR. Atualmente é professora de Biologia da rede pública - SEED-PR.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. Acadêmica de pós-graduação em Educação do Campo e Psicopedagogia pela UCAM.



decidir sobre o desenvolvimento do trabalho em sala de aula, subsidiando-o nas tomadas de decisões sobre o ensinar e aprender. Podendo assim através da avaliação atingir os objetivos do ensino que é a aprendizagem significativa.

As escolas brasileiras prezam e valorizam o ensino tradicional, demonstrando uma grande dificuldade de superação desse modelo de ensino. A avaliação da aprendizagem se apresenta nesse formato de ensino, praticamente em todas as instituições públicas da educação básica. Há uma resistência muito grande por parte dos professores na superação da avaliação tradicional. O cultivo do saudosismo dos métodos tradicionais pela sociedade em geral dificulta muito a transformação do ensino para um ensino focado na construção de sujeitos governantes e conscientes das suas ações. A autonomia humana é uma habilidade que a escola tem o dever de contribuir para o desenvolvimento. Uma pessoa autônoma é capaz de transformar sua realidade e contribuir para transformação social em que está inserida. Segundo Buriasco (2004):

Ao ter uma noção o mais precisa possível do que seus alunos sabem e são capazes de fazer, o professor pode, além de tomar decisões adequadas sobre sua prática escolar, contar com seus alunos como interlocutores na compreensão dos caminhos por eles percorridos na busca da resolução da situação; o que contribui para melhorar a aprendizagem, na medida em que favorece a continuidade dela e a progressiva autonomia do aluno (BURIASCO, 2004, p. 247).

A ação avaliativa permite ao mediador do conhecimento perceber o erro como forma de construção do conhecimento. Ao ignorar o erro tira-se a chance do aluno de construir seu conhecimento através da observação de onde e porque errou. Ao corrigir e verificar os erros dos alunos, não se pode valorizar os acertos e punir os erros que podem levar ao fracasso escolar. Ao interpretar o erro o professor precisa planejar novas reflexões que conduziram o aluno a ações favoráveis a descobertas e construção do conhecimento. Assim, o aluno tem a possibilidade de redimensionar e assimilar o conceito estudado aprofundando seus conhecimentos e desenvolvendo sua autonomia.

Nessa perspectiva, o principal objetivo deste estudo é, pois, oferecer aos leitores uma reflexão acerca da avaliação da aprendizagem. Portanto, o aporte



teórico deste artigo sustenta-se em Buriasco (2004), Torre (2007), Luckesi (2011), Rampazzo et al., (2012), entre outros renomados estudiosos da área.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DEFININDO PRIORIDADES E GARANTINDO QUALIDADE DE ENSINO

A educação brasileira percorreu um longo caminho até alcançar o nível de desenvolvimento, que nos deparamos atualmente. O modelo tradicional de educação apresenta-se como uma diretriz educacional bastante difundida e de grande aceitação pelos docentes brasileiros. Até nos dias atuais encontramos um número significativo de escolas que aderem esse modelo educacional. Seus resquícios são facilmente notados em todos os processos de ensino/aprendizado.

A avaliação da aprendizagem presente no processo educacional tem sofrido muitas críticas, decorrente da adoção do modelo tradicional para sua ação e concretização. Assim, podemos perceber que esse modelo de educação que traz grande prejuízo - dependendo da rigidez que é exercida - para o processo ensino/aprendizagem ainda não foi superado. Os malefícios apresentados por esse modelo educacional, quando tratamos da ação avaliativa é percebido principalmente no âmbito qualitativo. O agravamento atinge diretamente a aprendizagem satisfatória e significativa. O principal objetivo do modelo tradicional através da avaliação é medir, comparar e classificar o aluno para obter notas ou conceitos que terão a finalidade única de aprovação ou reprovação. A avaliação usada desta forma exclui o aluno do sistema escolar, mais precisamente da aprendizagem significativa, traçando e mantendo uma escola antidemocrática e autoritária.

A superação do modelo tradicional no âmbito educacional e a absolvição de um novo modelo focado na aprendizagem significativa se fazem necessário nas escolas brasileiras. Os resultados de uma nova escola só serão alcançados a partir do momento que a avaliação do desempenho escolar for compreendida não como um ato praticado para classificar o aluno rotulando-o como médio, bom ou ruim



destinado a ser aprovado ou reprovado. A avaliação precisa ter caráter intencional praticada com o objetivo de compreender o estágio de desenvolvimento que o aluno se encontra naquele momento e naquela unidade de ensino, tendo como objetivo subsidiar as tomadas de decisões necessárias para desenvolver a aprendizagem e direcionar as ações docentes. Corroborando com as concepções de Luckesi (2011) sobre avaliação, ele afirma que:

A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. A avaliação tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido (LUCKESI, 2011, p. 45).

Portanto, quando a avaliação é articulada com o Projeto Político Pedagógico, projeto de ensino e o planejamento elaborado pelo professor, a mesma exerce a função de diagnosticar o andamento educativo com intenção de tomar medidas cabíveis para as ações do ensino/aprendizado. Se o aluno apresentou um desenvolvimento insatisfatório a avaliação tem a função de diagnosticar onde ocorreu o bloqueio da assimilação por parte do aluno e direcionar o professor na retomada do ensino e concretização da aprendizagem satisfatória.

O ato avaliativo apresenta um ciclo existencial, começa pelo diagnóstico dos conhecimentos prévios de determinado conteúdo, acompanhando o desenvolvimento da aprendizagem e no final da unidade dá suporte ao avanço ou determina a retomada do conteúdo. Portanto a avaliação só fecha seu ciclo quando ela afirma através dos resultados que o aluno assimilou e reequilibró os conhecimentos avaliados. Enquanto resultados qualitativos não forem demonstrados o professor precisa mediar o conhecimento até que seja assimilado significativamente pelos alunos.

A teoria construtivista de Piaget nos proporciona suporte para o entendimento da organização da aprendizagem. Segundo a visão construtivista o aluno constrói seus conhecimentos ao entrar em contato com um novo objeto, sofrendo mudanças nas estruturas cognitivas. Ao propormos um novo conhecimento ao aluno suas



estruturas cognitivas entram em desequilíbrio e começa o processo de busca pela compreensão do novo objeto.

Através da mediação do professor o aluno assimila o novo conhecimento, compara com esquemas já existentes modificando-os ou criando novos esquemas, acomodando o conhecimento adquirido e reequilibrando suas estruturas cognitivas. A partir dessa visão construtivista de educação, podemos perceber a complexidade do ato de aprender. A aprendizagem apresenta um ciclo que se for quebrado no seu percurso à mesma não se concretiza. A avaliação da aprendizagem possibilita ao professor a verificação se o ciclo se fechou ou se precisa retomar o conteúdo de onde foi interrompido para que o aluno possa organizar seus esquemas e reequilibrar suas estruturas. Nas palavras de Piaget (2003):

Conhecer um objeto é agir sobre ele e transformá-lo, aprendendo os mecanismos dessa transformação vinculando com as ações transformadoras. Conhecer é, pois, assimilar o real às estruturas de transformações, e são as estruturas elaboradas pela inteligência enquanto prolongamento direto da ação (PIAGET, 2003, p.37).

Ao planejar suas aulas o professor deve refletir sobre a importância do fechamento do ciclo de aprendizagem que aquele conteúdo apresenta para que a aprendizagem torne-se significativa. O procedimento escolhido necessita proporcionar ao aluno experimentar de forma ativa o conteúdo para poder assimilar e modificar seus esquemas cognitivos decorrente do novo conhecimento e então voltar ao reequilíbrio com bases para novas aprendizagens. Todo conhecimento novo apresentado ao aluno deveria percorrer esses caminhos na cognição, mas nem sempre isso acontece. Ao avaliar com objetivos classificatórios é tirado do aluno o direito de desenvolver-se através da aprendizagem satisfatória, ampliando sua bagagem cultural e instrumentalizando-o para exercer sua cidadania com dignidade social. Corroborando com a linha de pensamento de Luckesi (2011) que afirma:

O planejamento define os resultados e os meios a serem atingidos; a execução constrói os resultados; e a avaliação serve de instrumento de verificação dos resultados planejados que estão sendo obtidos, assim como para fundamentar decisões que devem ser tomadas para que os resultados sejam construídos (LUCKESI, 2011, p.149).



Portanto a avaliação não é um conteúdo que começa e termina em si mesma. Se ela apresentar esse formato não estará avaliando a aprendizagem e sim classificando o aluno de forma antidemocrática. Tirando-lhe a chance de crescer como ser humano, elevando-se culturalmente, desenvolvendo-se com autonomia sabendo decidir, questionar e defender suas convicções. A avaliação democrática espera um padrão de qualidade da conduta do aluno que já estava estabelecida previamente, com clareza e reflexão no planejamento do ensino. Planejando qual o padrão de qualidade que esta unidade de ensino espera da conduta do aluno e elaborando a avaliação dentro do padrão esperado. Ou seja, o estabelecimento da aprendizagem mínima que o aluno precisa assimilar daquela unidade de ensino.

Ao planejar o ensino/aprendizado a avaliação também precisa ser refletida. O estabelecimento de padrões mínimos de aprendizagem para determinado conteúdo e uma forma de democratizar a avaliação. Ao estabelecer os padrões mínimos de um conteúdo o professor oportuniza uniformemente todos os alunos a se desenvolverem, aprendendo pelo menos o mínimo necessário do conteúdo que o instrumentalizará para vivências sociais futuras. Avaliar o mínimo de conhecimento que o aluno precisa assimilar de uma unidade de ensino, fará com que todos os alunos se desenvolvam psicologicamente, socialmente e pedagogicamente. Desta forma a educação estará efetivamente desenvolvendo seu papel de transformação político-social.

O desenvolvimento integral do aluno nas três esferas vivenciais. Segundo Luckesi (2011), se dá da seguinte forma: Pedagogicamente, ela concretiza a atenção nos exames, desviando-se da função da avaliação que é subsidiar a aprendizagem significativa dos estudantes. Distancia-se do ensino aprendido como uma ação estanque, única, pois está focada nas provas e exames superestimando essa prática. Enquanto a avaliação da aprendizagem assumir o caráter de provas e exames será uma ação em si mesma estanque ao ensino aprendido, sem cumprir seu papel de subsidiar as decisões do ensino/aprendizado.



Psicologicamente, é útil para formar sujeitos alienados, submissos. Distanciando do propósito escolar que tem por função formar a personalidade de alunos reflexivos e críticos. É de interesse social formar personalidades acríticas e conformadas, afinal, vivemos em uma sociedade capitalista e a melhor forma de controle é a psicológica, na qual o sujeito é prisioneiro de si mesmo. A avaliação usada como controle e manutenção social é um caminho de domesticação do sujeito, tornando-o vulnerável de si mesmo.

Socialmente, é usada como ferramenta de estratificação social, quando a avaliação assume o formato de classificar o aluno, ela reforça a seletividade social existente. Afinal ela tira a chance do aluno de se tornar sujeito ativo, crítico, ciente dos seus direitos e deveres sociais, livre da dominação existente em sociedades capitalistas. Estando articulada mais com a reprovação do que com a aprovação, determinando assim, a camada social em que o sujeito será inserido excluindo-o socialmente, pois o mesmo não comportará conhecimentos culturais - acumulados historicamente - necessários para adentrar em nível sócio-econômico mais elevado da sociedade. Mantendo-se assim a estratificação social.

A avaliação diagnóstica assume um caráter acolhedor. Acolhedor porque acolhe o aluno em um momento de extrema importância no seu percurso de aprendizado. Para assumir essa finalidade a avaliação precisa acolher os erros como uma nova oportunidade de ensino e nova chance de assimilação satisfatória. Jamais como fonte de castigo e reprovação. O erro é uma forma de demonstração que algo saiu errado no planejamento em ação ou procedimentos metodológicos usado para tal ação. A partir do erro o professor pode rever seu procedimento de ensino e retomar do ponto que o ensino/aprendizado foi interrompido e recomeçar desenvolvendo a aprendizagem transformadora. Conforme Torre (2007):

Se algumas descobertas têm origem em erros, isso se deve à atitude humana de indagar e refletir sobre as falhas cometidas. Desse modo, a atitude criativa permite transformar o fracasso em acerto. Enquanto a pedagogia do êxito entende basicamente aos resultados, a didática do erro leva implícita a reflexão e a visão de tarefas, tanto do professor como do aluno (TORRE, 2007, p.28).



Compreender o erro como uma nova oportunidade de aprendizagem é um desafio que o professor mediador precisa desenvolver. A partir do erro criam-se novas estratégias de ensino baseado em um conceito não aprendido, que dará suporte metodológico para uma aprendizagem significativa. O desafio consiste em transformar o erro em virtude. Afinal a superação do erro é uma virtude humana que precisa ser desenvolvida para a formação do sujeito integral. Ao mostrar ao aluno que o erro é útil a aprendizagem, o mesmo estará sendo encorajado a arriscar-se mais, em busca do conhecimento.

A percepção de que errar faz parte da aprendizagem, desenvolve no aluno uma atitude reflexiva e crítica, fazendo com que descubra onde errou e procure novas formas de assimilar o conhecimento. Nessa perspectiva, o aluno reflexivo desempenha seu papel com maior autonomia, ao questionar-se tentando compreender seus fracassos. Segundo Pinto (1998):

Numa avaliação classificatória, em que o foco de atenção está voltado para o acerto da resposta, o erro, por não ser utilizado como instrumento de reflexão, provavelmente, não será valorizado pelo professor. Em outra concepção de avaliação, preocupada mais com a formação do aluno em termos de aprendizagem significativa e duradoura, o erro deixa de ser apenas uma resposta a ser analisada; passa a ser uma questão desafiadora que o aluno coloca ao professor, portanto, um elemento desencadeador de um amplo questionamento de ensino. Nesse paradigma de avaliação formativa, ao invés de uma avaliação, apenas de resultados, que enfatiza os fracassos e a ausência de aprendizagem pelo aluno, o erro dirige o olhar do professor para o contexto e processo de conhecimento a ser construído. Avalia-se menos para punir e mais para formar (PINTO, 1998, p. 10).

Ao desconsiderarmos o erro estamos fomentando a aprendizagem como simples forma de transmissão de conhecimento. Tirando da educação seu principal objetivo que é a formação do aluno reflexivo e crítico. A avaliação classificatória permite esse modelo educacional de transmissão do conhecimento ao invés de mediação do conhecimento. Mediar o conhecimento através da avaliação implica chegar a um resultado diagnóstico e a partir dele trabalhar os erros como fonte de aprendizagens significativas. Se o erro for individual tem-se a possibilidade de trabalhar coletivamente sanando as lacunas apresentadas pelos alunos. Na avaliação os erros precisam ser vistos como construtivos. Afinal eles traduzem as



tentativas de acertos e só não erra quem não busca conhecimentos novos. Dentro dessa perspectiva, Cortella (2001), relata que:

Errar é, sem dúvida, decorrência da busca e, pelo óbvio, só quem não busca não erra. Nossa escola desqualifica o erro, atribuindo-lhe uma dimensão catastrófica; isso não significa que, ao revés, deva-se incentivá-lo, mas, isso sim, incorporá-lo como uma possibilidade de se chegar a novos conhecimentos. Ser inteligente não é não errar; é saber aproveitar e lidar bem com os erros (CORTELLA, 2001, p.113).

Portanto, o erro na avaliação do desempenho escolar é um diagnóstico do trabalho do professor e da aprendizagem do aluno. Deixar o erro passar despercebido é deixar a aprendizagem incompleta e com serias lacunas, se o ciclo de conhecimento não se concretiza a aprendizagem fica superficial não passando de simples memorização sem significado algum para a vida do aluno. E aí perde-se a chance de transformar o erro em virtude, somando os conhecimentos culturais e sociais do aluno. Não defendemos o culto ao erro, mas quando esse se apresenta é preciso criar estratégias metodológicas para que o erro seja transformado em algo positivo que subsidiará a aprendizagem significativa. Jamais o erro pode ser transformado na reprovação envergonhando o aluno a ponto de evadir-se da escola.

O erro nas avaliações do desempenho escolar transforma-se em castigo psicológico presente nos resultados de provas e exames. O sentimento de fracasso quando erramos é pesado e significativo e para não sentir o peso do inimigo muitas vezes os alunos revidam de diferentes formas. A indisciplina e a recusa em fazer a prova é uma das formas de revidar que o aluno encontra na hora da avaliação. Em certos casos o aluno sabe que irá tirar nota baixa, pois o óbvio está presente naquela ação avaliativa. Afinal se o aluno não assimilou o conteúdo ou não decorou a matéria a nota baixa é só uma confirmação do óbvio. A avaliação elaborada para obter notas é agressiva e autoritária com os alunos, ela determina seu sucesso ou fracasso classificando-o como: bom, médio, ruim ou péssimo, e, uma das formas do aluno revidar a classificação é atacando violentamente com, palavras, gestos, atitudes e ações. O que denominamos de indisciplina.

A avaliação da aprendizagem praticada de forma autoritária e antidemocrática não leva em conta a relação e interação professor/aluno. As provas são realizadas



para sanar interesses do professor e do sistema de ensino. Sem levar em consideração o que foi ensinado e o que foi aprendido desconsiderando os objetivos avaliativos de diagnosticar e subsidiar a aprendizagem satisfatória. As notas são usadas como se não tivesse relação com o processo de aprendizagem algo estanque do processo educacional. Sendo apenas médias, signos numéricos que começam e termina em si mesma. Ou seja, números podem te aprovar ou reprovar sem se importar com o nível de aprendizagem obtido naquele conteúdo específico. A prática da avaliação para classificar o aluno exige respostas “certas” sem dar condições de demonstração de raciocínio próprio. Se a resposta não for a que está no gabarito do professor à mesma está errada, sem merecimento de análise do possível erro para elaboração ou (re) elaboração do conceito transformando-o em aprendizagem significativa. Assim a avaliação passa a ser uma relação entre números e não professor aluno.

A avaliação com caráter diagnóstica subsidia o processo ensino/aprendizado favorecendo a tomada de decisão reflexiva. De posse dos resultados o professor reflete as tomadas de decisões cabíveis, ou seja, decide o que fazer com os resultados de desempenho do aluno representado na avaliação. A superação da prática tradicional de avaliar faz-se necessária na hora de planejar objetivos de aprendizagem elaborar procedimentos metodológicos de intervenção avaliativos necessários para aquele momento de verificação da aprendizagem. Sendo assim, Vasconcellos (1998), aponta algumas tomadas de decisão pertinente no ato avaliativo:

Os objetivos não atingidos pelos alunos são retomados e retrabalhados imediatamente em sala de aula; - o professor faz auto-análise para saber se há necessidade de rever sua forma de ensinar aquele conteúdo; - esses objetivos são incluídos na próxima avaliação, dando oportunidade de expressão de nova síntese de conhecimento e permitindo ao professor saber se os alunos superaram as dificuldades (VASCONCELLOS, 1998, p.70).

A mediação do conhecimento numa visão construtivista onde a escola forma o aluno como construtor do seu próprio conhecimento, desenvolvendo sua autonomia e ampliando sua bagagem cultural elevando-se intelectualmente se faz



necessária na sociedade tecnológica que vivemos. Temos informação de qualquer conteúdo com várias metodologias disponíveis o tempo inteiro, para acessá-los basta estar conectado à internet. O sujeito em contato com a tecnologia da informação e comunicação (TICs) desenvolve sua autonomia e a escola precisa reforçar esse desenvolvimento. Com todo esse universo de informações disponível e facilmente acessível precisamos pensar no ensino que desenvolva no aluno habilidades de reflexão, ou seja, formar o sujeito pensante, seguro e governante das suas ações. Afinal a informação está a seu dispor, mas é preciso saber como usá-la a seu favor e a escola deve auxiliar mediando a informação, transformando em aprendizagem significativa na vida do aluno.

No entanto nessa visão de desenvolvimento do aluno, é preciso rever algumas práticas desenvolvidas no ensino/aprendizado. O planejamento é uma ação que requer grande reflexão é nessa hora que o professor precisa mostrar o saber e o saber fazer que passa à ser uma condição necessária na atuação docente. A teoria e a prática precisam estar interligadas para que haja uma harmonia no planejamento e este deve dar vida ao ato avaliativo. A avaliação deve ser elaborada a partir dos objetivos estipulados no planejamento para aquele conteúdo. Visando o desenvolvimento da aprendizagem e subsidiando as tomadas de decisões referentes ao conteúdo trabalhado.

Ao almejar uma educação que forma o sujeito para a transformação social precisamos fazer algumas mudanças na forma de ensinar. Primeiramente, precisamos rever o ato avaliativo destinando-o para esse fim. A conscientização do professor na hora de elaborar a avaliação é o primeiro passo para a realização da avaliação formativa. A conscientização parte do princípio de colocar em ação o saber, ou seja, não basta saber que a avaliação tem que ser feita desta forma, tem que fazer desta forma. Boa intenção não basta, é preciso ação para a transformação. O idealismo sem construção não fará diferença e a ação tem o poder de transformar quem está mergulhado e tocado por sua intencionalidade. O desenvolvimento da habilidade no professor da reflexão-ação-reflexão, possibilita



uma avaliação mais democrática contemplando o desenvolvimento reflexivo e satisfatório do aluno. Segundo Vasconcellos (1994):

Não se pode conceder uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória, num processo de ensino passivo, repetitivo, alienante. (...) Enquanto o professor não mudar a sua forma de trabalhar em sala de aula, dificilmente conseguirá mudar a prática de avaliação formal, decorativa, automática, repetitiva sem sentido (VASCONCELLOS, 1994, p. 55).

No processo avaliativo precisamos ter claro a que a avaliação se destina, além de ser coerente com o planejamento é preciso ser fiel ao ensinado em sala de aula. A definição da finalidade da avaliação é um dos requisitos indispensáveis na hora de avaliar. Ter claro o que deve ser avaliado. Quais são os dados relevantes que preciso verificar. Qual é o mínimo de conhecimento que o aluno precisa assimilar dessa unidade de ensino. O que o aluno já aprendeu e o que ainda não aprendeu desse conteúdo. Através dessas reflexões o professor pode fundamentar suas decisões sobre ao avanço ou a retomada com o propósito de desenvolver a aprendizagem significativa.

Ao estabelecer conhecimentos mínimos necessários para o conteúdo que será trabalhado naquele momento. Conhecimentos mínimos que o aluno precisa aprender de determinada unidade de ensino para desenvolver-se com autonomia e criticidade. O professor possibilita a aprendizagem mais democrática oportunizando a todos o conhecimento, de forma igualitária. O aluno que tem seu tempo de aprendizagem mais lenta adquire pelo menos o mínimo necessário daquela unidade de ensino considerada essencial para sua formação sociocultural. Ao avaliar o desempenho do aluno a partir do estabelecimento prévio de critérios mínimos necessários de aprendizagens, o professor estabelece diretrizes que orientam sua ação com maior clareza para definir qual é a melhor forma de avaliar e o que fazer com os resultados obtidos.

“O professor precisa ter critérios claros em relação ao que se espera do aluno, combatendo rótulos e preconceitos que possam surgir no momento de avaliar” (RAMPAZZO et al., 2012, p. 121). O castigo por indisciplina, através da avaliação é um método pertinente na didática escolar. Um ponto a mais se o aluno



for “disciplinado” ou um ponto a menos se o aluno for “indisciplinado”. Só que muitas vezes a disciplina ou indisciplina é vista de forma equivocada. Alguns professores consideram o aluno crítico, reflexivo, questionador de indisciplinado e aquele que se mantém calado às quatro horas diárias na sala de aula é considerado o bom aluno, ou seja, não dá trabalho para o professor. O aluno “bom” ganha um ponto a mais na média bimestral sem precisar aprender nada para a conquista, apenas mantendo-se calado. O aluno participativo, ativo, perde um ponto, afinal ele dá trabalho para o professor, e o pior, é que o ponto perdido foi conquistado através de aprendizagens satisfatórias. Essa atitude docente nos permite questionamentos como: será que o professor está avaliando democraticamente seu aluno ou está rotulando a seu critério de justiça?

A escolha de modelos de avaliação que permita que o aluno demonstre com clareza o que assimilou da aprendizagem proposta é uma obrigação do professor. A elaboração de provas que confundam o aluno precisa ser evitada. Muitas vezes o aluno sabe o que o professor solicita, mais dá forma que foi formulada a questão sem clareza de objetivos o aluno se confunde e não consegue responder ou responde errado. Isso não quer dizer que a aprendizagem não se concretizou, apenas demonstra a falha na elaboração da prova. O modelo avaliativo precisa estar livre de pegadinhas, com critérios claros para que o aluno leia e entenda facilmente o que o professor está solicitando. Desta forma a avaliação alcança seu objetivo que é verificar a aprendizagem adquirida naquele conteúdo específico. E assim a avaliação passa a ser diagnóstica subsidiando o professor na tomada de decisões sobre o ensino e a aprendizagem. Para Luckesi (2011):

um instrumento de coleta de dados para avaliação não pode ser construído fora dos contornos do ensino, sob pena de distorcer os dados da realidade da aprendizagem dos educandos, o que é cientificamente e eticamente negativo para os próprios, assim como para o educador, para a escola e para o sistema de ensino (LUCKESI, 2011, p.342).

Ao realizar uma avaliação para coleta de dados com a finalidade de diagnosticar o ensino/aprendizagem, não podemos atribuir valor formal de notas, geralmente de zero a dez. Quando avaliamos para que esta tenha a função de



subsidiar a aprendizagem estamos analisando o curso e desenvolvimento coletivo dos alunos e o resultado direciona as decisões do professor sobre o andamento do ensino. Após a decisão do que fazer com os resultados ou se este mostrou uma aprendizagem satisfatória, o próximo passo é elaborar questões sobre toda unidade estuda, onde o aluno expresse de forma oral ou escrita o que aprendeu. As questões que vão estar presente na avaliação precisam contemplar todos os conteúdos trabalhados. Apresentar o mesmo nível de dificuldade trabalhado em sala de aula com linguagem clara facilmente compreendida; não ser tão fácil a ponto de desestimular e não tão difícil a ponto de castigar, ou seja, é preciso estabelecer fidelidade com o estudado na sala de aula. A avaliação elaborada com o fim de atribuição de notas precisa ser acolhedora, confortável e o registro da nota percebido como um trabalho recíproco entre professor e aluno, afinal “registro é consequência da aprendizagem efetiva” (LUCKESI, 2011, p.406).

As nossas escolas precisam encontrar o verdadeiro sentido do ato avaliativo ao invés de ser usada como ferramenta de castigo, humilhação, impotência, fracasso, a avaliação precisa ser usada como uma poderosa arma de transformação subjetiva, coletiva, cultura, econômica, política-social, enfim servir e subsidiar a transformação social para uma sociedade mais justa e igualitária sem deixar os sujeitos alienados às margens da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação precisa ter caráter acolhedor para não caracterizar-se com ação estanque ao ensino/aprendizado, que começa e termina em si mesma. A avaliação da aprendizagem é subsidiária do processo educativo, ela mostra ao professor a real assimilação dos alunos aos conteúdos e objetivos propostos. Os resultados obtidos através da avaliação precisam ser analisados com objetivo de desenvolver a formação integral do aluno, ou seja, através dos resultados o professor deve tomar decisões que direcionem o ensino e a aprendizagem retomando os conteúdos se necessário, mudando a metodologia se achar viável. A tomada de decisão após a avaliação é um ato acolhedor, pois ao valorizamos os erros do aluno estamos dando



a ele nova oportunidade de rever seus conceitos e construir conhecimentos significativos.

A avaliação da aprendizagem é uma poderosa arma para transformação social. Se elaborada para diagnosticar a real aprendizagem dos alunos, a avaliação transforma-se em um ciclo de aprendizagem significativa, contribuindo para construção contínua da autonomia, reflexão e criticidade, formando alunos aptos a exercer a cidadania. Portanto, a avaliação democrática possibilita a todos aprender e ampliar sua bagagem cultural, afinal todos tem direito a educação de qualidade e avaliação contínua do desempenho escolar, e nos professores temos o dever de garantir a formação integral de nossos alunos para transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURIASCO, R. L. C. de. **Análise da produção escrita:** a busca do conhecimento escondido. Curitiba: Champagnat, 2004.

CORTELLA, M.S. **A Escola e o Conhecimento:** Fundamentos Epistemológicos e Políticos. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCKESI, C.C.. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?. In.:LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.45-60.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PINTO, N.B. **O erro como estratégia didática no ensino da matemática elementar.** 1998. 123f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RAMPAZZO, S.R.R.; STEINLE, M.C.B.; VAGULA, E. **Avaliação e ação docente.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

TORRE, S. **Aprender com os erros:** o erro como estratégia de mudança. Porto Alegre: Artmed, 2007.



VASCONCELLOS, C.S. **Avaliação:** concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994.

_____. **Avaliação da aprendizagem:** práticas de mudança – por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998.